

CAPITAL MERCANTIL NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO: ESBOÇO PARA UMA APROPRIAÇÃO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Resumo

O presente trabalho propõe uma discussão em torno do caráter da sociedade do Antigo Regime à luz de posições paradigmáticas na historiografia que o vinculam ao modo de produção feudal em crise ou à economia-mundo capitalista em expansão.

Palavras-chave: capital mercantil; capitalismo – transição; economia-mundo; sistema colonial.

Classificação JEL: N00; P00; P10.

Abstract

This paper discusses the character of the society of the Ancient Regime through paradigmatic positions in historiography that link it to feudalism in decline or to the expansion of the capitalist world-economy.

Keywords: mercantile capital; capitalism – transition; world-economy; colonial system.

**CARLOS ALBERTO
CORDOVANO VIEIRA**

Professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP).

Introdução

O presente trabalho propõe uma breve discussão em torno de um ponto particularmente controverso na historiografia referida à transição do feudalismo para o capitalismo, a saber, o caráter da sociedade do *Antigo Regime*.

No materialismo histórico, as tentativas de estabelecer os nexos entre a crise do modo de produção feudal e o sentido disruptivo da luta de classes põem, como um problema fundamental, a caracterização do modo de produção vigente entre a crise do século XIV e a “Era das Revoluções” na passagem do século XVIII ao XIX. Já nas primeiras discussões do conhecido debate da transição, a crítica de Sweezy à visão de Dobb – segundo a qual o “período transitório” na Inglaterra, entre o século XIV e a ruptura revolucionária do século XVII, era considerado nos termos de uma coexistência, às vezes a mera justaposição, do modo de produção feudal em decomposição com um capitalismo embrionário – conduziu à proposição de um período específico *de transição, a produção pré-capitalista de mercadorias*, com uma dinâmica própria, nem feudal, nem propriamente capitalista.¹ (Sweezy, 1977) Também no debate brasileiro sobre o sentido da colonização, o estudo da natureza dos vínculos entre o capital mercantil e a produção escravista envolvia, como momento fundamental para uma caracterização do “modo de produção” vigente na América portuguesa, um exame do modo de produção do *Antigo Regime*.

Nesse trabalho procuramos sustentar a possibilidade de uma *apropriação crítica* de duas

vertentes historiográficas que sustentam posições polares quanto à questão: a primeira, referida ao materialismo histórico, que, na trilha de Dobb, trata o período à luz da mudança fundamental nas formas de produção e propriedade, da passagem, em cada espacialidade do mundo feudal, do predomínio da servidão ao predomínio do salariato; a outra, digamos, de inspiração braudeliiana – particularmente consolidada na interpretação de Wallerstein –, para a qual o período se traduz nos termos da expansão de uma *economia-mundo capitalista* ou do *sistema mundial moderno*. No primeiro caso, o modo de produção feudal, mesmo em crise, estende-se até o limiar crítico da *Era das Revoluções*; no segundo, um “sistema” propriamente capitalista já se encontra em plena expansão na passagem do século XVI ao XVII – ou mesmo antes.

Procuramos propor que, preservando a centralidade da transição nas formas de produção e propriedade e da ruptura revolucionária, uma *apropriação crítica* da perspectiva sistêmica do *sistema-mundo*, transfigurada pela consideração da especificidade da forma mercantil do capital, permitir-nos-ia reter o que nela há, a nosso juízo, de fundamental: a transição para o capitalismo também sob o prisma da formação de uma história mundial. Mas isso supõe uma reconsideração, de outro lado, dos termos

em que a historiografia de fundamentação no materialismo histórico propõe a transição nas formas de produção e propriedade, por meio da problematização do estatuto do “econômico” nas formações pré-capitalistas. Essa *apropriação crítica* consoma-se na formulação de uma hipótese preliminar sobre o “período transitório”, aqui considerado como um período específico *de transição*, nem feudal, nem capitalista, cuja dinâmica revela-se nos nexos entre o capital mercantil e as monarquias modernas, na espacialidade do *antigo sistema colonial*.

Autonomização do “econômico” e história mundial

A apropriação das posições em tela exige o exame preliminar de duas observações que, sendo recorrentes, deveriam ser não só tematizadas, mas tomadas como objeto mesmo de problematização.

Em primeiro lugar, é necessário retornar ao estatuto do “econômico” nas “formações pré-capitalistas”. Nos *Grundrisse*, Marx demonstrou que, sob formas de propriedade caracterizadas pela unidade entre produtores e condições de produção, o circuito do excedente e, pois, a reprodução sistemáticas dessas mesmas formas, concretizam-se por força da coerção “extraeconômica”. Somente numa formação que levou a mercantilização da vida ao limite da subsumção real do trabalho ao capital, as relações de

produção materializam-se como encarnações de categorias estritamente econômicas – em particular, no intercâmbio da própria força de trabalho. Nesses marcos é que a reprodução do “econômico”, como uma esfera já diferenciada, torna-se autorreferida e tende a recriar – evidentemente, sob contradições progressivamente mais profundas – as condições de sua própria reprodução e, com isso, das relações sociais subjacentes. O processo de reprodução ampliada, sob forças produtivas especificamente capitalistas, tende a reproduzir reiteradamente a polarização entre capital e trabalho. Assim, pode-se dizer que no modo de produção capitalista plenamente constituído, a relativa autonomização do “econômico” coincide com a centralidade da “economia” na reprodução das relações sociais fundamentais.² Em contraste, nas formações pré-capitalistas, as diversas formas de unidade entre produtores e condições de produção correspondem a vínculos de diversas naturezas – não mercantis –, que ligam os homens aos processos de reprodução social. De certo modo, a dimensão da produção material e, quando for esse o caso, o circuito do excedente, são condicionados *diretamente* por esses vínculos.³ Isso significa que, à diferença do capitalismo, nas formações pré-capitalistas, o que, numa metáfora topográfica, poderia ser definido como “superestrutura” constitui, efetivamente, não um mero conjunto de parâmetros exteriores que circunscrevem os limites

da reprodução das formas de propriedade, mas nexos intrínsecos a essas mesmas formas, como forças dinâmicas imediatas em seus processos de reprodução. Nessas formações não há nem uma diferenciação do “econômico”, nem, como desdobramento disso, a possibilidade de que a produção material recrie, por si só, as condições de reprodução das relações sociais. A relação servil não se recria reiteradamente no tempo pela mera produção material e transferência do excedente dos servos aos senhores.

Em suma: nas “formações pré-capitalistas”, não é possível observar – ou mesmo sequer conceber teoricamente – o “econômico” diferenciado; a produção material permanece imersa no amálgama da vida social, contida por forças “extraeconômicas” de natureza as mais diversas. Ali, as relações sociais, as ligações entre os homens, não podem se concretizar reduzidas a um confronto entre categorias estritamente econômicas.

Daí porque, nas formações pré-capitalistas, a especificidade do “extraeconômico”, como *nexo intrínseco* na reprodução social, constitui uma dimensão fundamental, imediatamente imbricada na conformação e movimento das próprias estruturas. Essa constante redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida social é um passo fundamental para a historicização dos conceitos, e, nesse sentido, também, para uma tentativa de contornar as tensões entre

o plano da reconstituição, da história, e o da elaboração teórica. Quanto a isso, entendemos que, por esse caminho, é possível enfrentar as dificuldades trazidas pela observação de que as diversas formas de produção, formalmente limitadas, como combinatórias diversas de relações de propriedade e exploração, podem, concretamente, surgir e ressurgir sob diferentes totalidades e, pois, vincular-se a diferentes *sentidos* da história. Um conceito de modo de produção que fosse formalmente reduzido à dimensão das relações de produção seria pouco fecundo para elucidar, por exemplo, diferenças fundamentais entre o escravismo antigo e o moderno, ou entre a servidão europeia medieval e determinadas formas americanas pré-colombianas; formações cujos sentidos se revelam radicalmente distintos. Nesse caso, se o plano conceitual equipara formações tão díspares, suas especificidades haveriam de ser necessariamente atribuídas a outras forças que não aquelas constitutivas dos fundamentos do “modo de produção” em causa; paradoxalmente seriam, pois, atribuídas ao que, então, fora considerado, em princípio, epifenômeno. No caso do “feudalismo” reduzido à “servidão”, o problema torna-se mais grave em virtude das tendências de um materialismo histórico dito ortodoxo a estender exageradamente sua vigência para fora dos limites geográficos e temporais da cristandade medieval europeia. Na prática, como observou Hobsbawm, isso teria levado a uma demarcação rigorosa do

escravismo e do capitalismo e, em contrapartida, à generalização do conceito de “feudalismo” para quase todas as demais formas que estivessem entre um e outro. (Hobsbawm, 1977) Essa base teórica reverbera de modo agudo na problemática da formação do capitalismo, não somente por estabelecer, sob esse conceito de “feudalismo”, o ponto de partida da transição, mas por corresponder, muitas vezes, às teses em torno das possibilidades de ocorrência de diversas transições para o capitalismo relativamente “autônomas”, ligadas a uma perspectiva de recriação generalizada de revoluções burguesas em diferentes formações marcadas por quaisquer formas de “servidão” – mesmo as de origem colonial. (Vieira, 2004)

Nesse sentido, concordamos com Perry Anderson quanto à necessidade de problematizar a especificidade dos meios de coerção “extraeconômica”, ou do chamado “superestrutural”, nas formações pré-capitalistas, como nexos intrínsecos na reprodução das formas de propriedade e de produção.⁴

Com efeito, entendemos que a passagem do exercício retrospectivo da *análise* das formas de propriedade à reconstituição propriamente histórica pressupõe que se dê ao conceito de modo de produção um caráter totalizante. Nesse caso, se a *crítica da economia política*, que supõe uma relativa autonomização do “econômico”, é a chave para perscrutar o modo de produção

capitalista plenamente constituído, não o é para as formações pré-capitalistas; o estudo destas deve encerrar a descoberta de suas chaves epistemológicas próprias, à luz de suas formas concretas de reprodução. No curso da construção do materialismo histórico, Marx e Engels observam que o problema da *produção* “[...] não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução física dos indivíduos”, sendo, portanto, “[...] muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos”. (Marx & Engels, 2007, p. 83) N’*O capital*, Marx restringe a metáfora topográfica à forma específica do modo de produção capitalista, observando, como notamos, que ela não teria validade “[...] para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política”.⁵ (Marx, 1988, p. 77) Quanto a isso, Lukács procurou sustentar que só uma construção de caráter totalizante, que examinasse a organicidade entre as diversas partes constitutivas do todo, à luz de um *sentido* dado pelo todo, poderia captar a historicidade de cada elemento do conjunto. Nesses termos, as categorias – por exemplo, o “capital” –, tornam-se necessariamente fluidas, transfigurando-se, na passagem para o momento da reconstituição, em cada totalidade. Com efeito, esse é o movimento que obsta as tendências à cristalização dos conceitos e, pois, à eternização

de uma ou outra forma social – nesse caso, de um suposto “capitalismo”.

Desse modo, no enfrentamento da problemática da transição, não se trata só de contrastar diferentes formas econômicas e a passagem de uma a outra; mais do que isso, trata-se de problematizar o próprio estatuto do “econômico” nas diversas formações – nos diversos *modos de produção* – e, com isso, o estatuto, também, das diversas dimensões da vida, ou da chamada “superestrutura”. Procuramos sustentar que, se é correto propor a questão em termos da transição de uma totalidade para outra – em que estão envolvidas distintas formas de produção e propriedade –, é necessário observar que essas totalidades são não só diferentes quanto às formas de produção e propriedade dominantes, mas, mais do que isso, são de naturezas diversas quanto ao estatuto das diversas dimensões da vida social na conformação de sua organicidade. Assim, o movimento da transição de uma forma para outra envolve, simultaneamente, uma redefinição da organicidade entre as diferentes dimensões da vida social.

Desde logo, mesmo considerando a existência do comércio medieval ou dos mecanismos de recomposição da unidade política das camadas senhoriais, o conjunto do que se convencionou denominar “feudalismo” encerrava uma geografia que não era organicamente estruturada, nem por uma divisão do trabalho, nem por uma

instância de poder centralizado, ao modo dos Impérios. Ou seja: o universo do feudalismo é marcado por uma fragmentação da produção material e da coerção política. Nesse sentido, a definição de Anderson, nos termos de um “amalgama de exploração econômica e autoridade política”, que se configura na forma da “parcelização da soberania” (Anderson, 2000, p. 144), permite observar o caráter essencialmente local dos nódulos feudais em que se fundem produção material e coerção direta. O feudalismo surgiria, pois, como uma espécie de justaposição de domínios praticamente autônomos, conformados por um emaranhado de nexos senhoriais e servis, em coexistência com diversas outras “formas alógenas”, entre as quais, principalmente, as cidades autônomas. No entanto, entendemos ser necessário notar que, sobre essa justaposição, há uma organicidade na dimensão civilizacional, porquanto todas essas formas (os nexos de vassalidade, de servidão etc.) fossem, necessariamente, traduzidas sob o signo da cristandade. Nesse caso, o conjunto das relações sociais, a ligação entre os homens, só se materializam como relações de caráter essencialmente sagrado. Considerada essa mediação fundamental, a sociedade feudal constituía-se, concretamente, numa combinação entre as tendências particularistas da dominação senhorial e um determinado “universalismo”, que expressava o que Eli Heckscher (1943) denominou como “coesão espiritual”

do Ocidente. A dispersão do mundo medieval era recomposta desde o topo por essa força de coesão que emanava, em menor medida, das heranças mais remotas do Império Romano – mais concretamente, do que restava do Império medieval – e, principalmente, da proeminência cultural da Igreja. O “universalismo” encarnava num conjunto de práticas comuns, materializadas no conjunto das relações sociais; nos nexos senhoriais e servis, no direito de origem romana e no direito canônico, nas práticas dos estudiosos seculares e das ordens monásticas, nas universidades, na própria língua latina, nos códigos de honra da cavalaria, nas formas de governo das cidades, nos regimes de grêmios, guildas, corporações etc.⁶ Desse modo, a mudança nas formas da produção e da propriedade deve ser problematizada, também, sob o prisma da fratura da unidade da cristandade e, pois, da dissolução da referida combinação entre particularismo e universalismo, o que redefine a posição das diversas dimensões da vida social na reprodução das novas relações. Em particular, no curso do processo de laicização da cultura, sobre novas formas de reprodução social, o “político” e o “econômico” terão um novo estatuto. Concretamente, em confronto com a simbiose medieval entre o universalismo eclesiástico e o particularismo senhorial, essas transformações culminam na construção de uma nova divisão do trabalho e, evidentemente, na formação das monarquias nacionais.

A outra observação, ligada à primeira, diz respeito ao modo como as distintas formas de produção e propriedade e, pois, as distintas conexões entre as dimensões da vida na reprodução das diversas totalidades encerram espacialidades específicas. De resto, não é necessário discorrer sobre os limites espaciais das formações pré-capitalistas – a exemplo da forma antiga, germânica ou oriental –, em contraste, com o caráter essencialmente mundial do capitalismo. Quanto a isso, se distintas formas de produção e propriedade correspondem a nexos de diversas naturezas entre o conjunto das dimensões da vida, e se, em cada caso, esses nexos encerram uma espacialidade específica, é possível sustentar que os modos de produção subsistem nos marcos de determinadas “zonas de coerência”. Espacialidades, cuja organicidade pode, pois, conformar-se por vínculos civilizacionais, ou políticos, ou econômicos etc. Precisamente por meio desses encadeamentos, entendemos ser possível traduzir, em nossos termos próprios, sem prejuízo do conceito basilar de “modo de produção”, o que Wallerstein procurou definir em nível fenomênico, nos seus termos, como “sistemas-históricos” – *micro-sistemas, impérios-mundo* ou *economias-mundo*. (Wallerstein, 1991, p. 222) Com efeito, essa tradução própria procura dar conta do que, para nós, constitui o limite fundamental dessa visão, qual seja, a abstração da especificidade das formas de produção e propriedade. As “zonas de coerência” correspondem

às organicidades dos diversos modos de produção. Assim, entendemos que, se no nível fenomênico o modo de produção pode ser traduzido como “sistema-histórico”, este não substitui o primeiro de um ponto de vista epistemológico.

Concretamente, se o feudalismo é um modo de produção cuja coesão é tecida nos marcos da cristandade ocidental, sua espacialidade será fundamentalmente civilizacional. Nesse ponto específico, como procurou demonstrar Henri Pirenne, a formação da sociedade feudal significou, simultaneamente, a dissolução definitiva da unidade do mundo mediterrâneo, mantida por força do Império, e, em contraste, a circunscrição de uma nova espacialidade limitada pelo domínio da cristandade. Como notamos, “o que havia era uma grande comunidade cristã circunscrita pela ecclesia”. (Pirenne, 2010, p. 283) Com efeito, Marc Bloch e Braudel procuram identificar os processos de formação da sociedade feudal e de sedimentação de uma civilização europeia ocidental. Como diz Braudel, “o feudalismo constrói a Europa”.⁷ (Braudel, 1989, p. 292) De nossa parte, pretendemos sublinhar somente que, nesse caso, trata-se, pois, de um modo de produção que, em virtude de sua organicidade específica, conformada sob o manto da cristandade, subsiste num marco civilizacional – não por outra razão, sua expansão geográfica, a exemplo das cruzadas, ou dos vetores salvíficos da colonização moderna, traduz-se como uma expansão religiosa. Ora, o processo de formação

do capitalismo é também o de ruptura desses invólucros. O desenvolvimento do capital mercantil, principalmente quando numa estreita conexão com a manufatura, corresponde a uma nova organicidade, já conformada sobre uma nova divisão do trabalho – não mais na fragmentação medieval – que, progressivamente, tende a tornar-se mundial. Trata-se, pois, da conformação de uma nova espacialidade. A consumação do processo de transição para o capitalismo, que, como vimos, corresponde à consolidação de uma nova forma centrada no “econômico”, supõe que o capital, onde quer que penetre, possa sobrepôr-se a velhas organicidades políticas, civilizacionais etc., convertendo essas dimensões da vida em partes organicamente subordinadas a uma nova totalidade, regida por ele próprio, o capital. Assim, a consolidação do modo de produção capitalista é, simultaneamente, a criação de uma história mundial, cujo tempo histórico é comandado pelos imperativos do próprio capital: “em lugar da velha autossuficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surgem um intercâmbio generalizado e uma dependência generalizada das nações entre si (Marx & Engels, 1987, p. 38)”.⁸

Assim, também por esse prisma, a problemática da transição, novamente, não se reduz à da passagem de uma determinada forma “econômica” a outra. Mais que isso, a redefinição da posição das diversas dimensões da vida social encerra, necessariamente, a demarcação de uma

nova espacialidade. Nesses termos, trata-se da transição de um modo de produção, digamos, civilizacional – o feudalismo nos marcos da cristandade – para outro, o capitalismo, que tende, progressivamente, a tornar-se mundial. Marx observou que o caráter cosmopolita é constitutivo do capitalismo; é seu pressuposto e, ao mesmo tempo, resultado histórico. Ora, se do ponto de vista de uma formulação retrospectiva, o cosmopolitismo é tratado como pressuposto e resultado, na reconstituição, na narrativa propriamente histórica, prospectiva, é necessário tomar a própria construção da história mundial como objeto de problematização. Ou seja: trata-se de tomar a formação da história mundial, não numa chave retrospectiva, sob o estatuto de pressuposto da forma posterior – o que seria, evidentemente, anacrônico –; mas, sim, como uma construção verdadeiramente histórica, organicamente imbricada no curso do processo de transição. Nesses termos, se a transição significou, também, a transposição dos velhos invólucros civilizacionais no sentido da construção de uma história mundial, tal construção, tomada como objeto, só pode tomar corpo num processo correlato a outros, estes postos não por um capitalismo já constituído – o que só viria emergir no termo do processo –, mas por forças constitutivas do próprio movimento de *transição*. Naturalmente, essa história mundial não pode constituir-se senão como um processo; não pode surgir já consumada como

uma organicidade regida pelo capital. Em plena correspondência com o modo específico como o capital mercantil promove a subordinação formal, primeiro como uma força exterior à produção, também as diferentes formações que vão sendo progressivamente tragadas na dinâmica da história mundial o são, primeiro, por meio da violência direta, exterior. Somente no curso lento desses desenvolvimentos, em consonância com a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital, tais formações convertem-se em partes do todo orgânico cuja espacialidade passa a ser, definitivamente, a do regime do capital, como um sistema mundial.

Em suma, procuramos sustentar que o tratamento da mudança das formas de produção e da propriedade deve tomar em consideração a redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida, em particular do “político” e do “econômico” face à progressiva destruição da servidão e à laicização da cultura, e, ligado a isso, a redefinição das espacialidades em jogo, principalmente, no que respeita ao processo de construção de uma história mundial. Nesse sentido, o estudo do capital especificamente mercantil oferece um ponto privilegiado de observação.

Capital mercantil na transição para o capitalismo

A problemática da transição envolve o exame da precedência do *capital* em relação ao *modo de*

produção capitalista e, portanto, uma posição quanto à natureza e estatuto do *capital mercantil*. Entendemos que é precisamente nesse ponto específico da discussão – relativo ao capital mercantil – que se encontra a chave para uma apropriação crítica das teses em tela.

As tendências à restrição do conceito basilar de modo de produção às formas de produção e propriedade correspondem a uma centralidade da esfera da produção material, como dimensão determinante em quaisquer totalidades. Com isso, a “circulação” seria, *a priori*, reduzida a um momento subordinado no processo de reprodução. Ou seja: o capital mercantil seria, a princípio, tomado como uma espécie de elemento exterior, que poderia vincular-se ao modo de produção feudal ou às diversas formas de transição, sem, contudo, determinar-lhes a dinâmica. Noutro polo, o conceito de *economia-mundo* corresponderia a um primado, a seu modo, também *a priori*, da órbita da circulação. Nesse caso, sua dinâmica é dada pelo “capital”, de modo que as formas da produção e da propriedade convertem-se em elementos funcionais aos circuitos mercantis. Na primeira visão, o período “transitório” entre a crise estrutural do modo de produção feudal e a consolidação plena do modo de produção capitalista é, em geral, a exemplo da tese de Dobb, caracterizado nos termos de uma dominância do “feudalismo” em decomposição. As formas embrionárias do capitalismo só poderiam tornar-se dominantes

por força das rupturas definitivas produzidas pela revolução burguesa e, no limite, pela Revolução Industrial. No curso desse movimento, o capital mercantil permanecia vinculado às formas feudais remanescentes, embora, progressivamente, transitasse para uma posição de domínio sobre a produção. Nesse sentido, não obstante o capital mercantil mais concentrado abra caminho para a transição, estruturalmente, no momento crítico de ruptura, revela-se como um obstáculo à sua consumação. Em contraste, se se trata não da transição de um modo de produção a outro, mas da construção e posterior expansão da economia-mundo, o período é caracterizado como “capitalista” – na acepção própria que essa vertente confere ao termo. O “capital”, em conexão de sentido com o “sistema interestatal”, é um nexos fundamental da nova divisão do trabalho e de sua hierarquização, cuja dinâmica responde ao imperativo da acumulação sistemática.

Diante disso, procuramos sustentar que um tratamento estritamente formal no exame das formas de produção e propriedade, que não considere a necessidade de ressignificá-las à luz da totalidade concreta em jogo, corre o risco de obscurecer as transformações estruturais produzidas no velho modo de produção por força dos processos de centralização monárquica e de construção da nova divisão do trabalho. A mudança no plano da chamada “superestrutura” redefine o caráter da coerção “extraeconômica”

– dimensão fundamental nas “formações pré-capitalistas” – e, portanto, transforma profundamente a dinâmica da reprodução social. A profundidade dessa mudança revela-se porquanto essa nova forma de coerção, o Estado moderno, só pode constituir-se em conexão estreita com o capital mercantil – e, portanto, em última instância, ligado à nova divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, essa nova divisão do trabalho cria vínculos orgânicos entre variadas formas de produção e propriedade, que, nessa nova espacialidade, não mais podem ser consideradas *em si mesmas*. De outro lado, as tentativas de contornar os formalismos e conferir uma organicidade sistêmica entre as diversas formas de produção constitutivas da nova divisão do trabalho, como elos funcionais a uma economia-mundo definida como “*capitalista*”, traz outro risco, de certo modo, similar: o do tratamento formal da categoria *capital*. Com efeito, a definição de “capitalismo” nos termos de “[...] uma acumulação de capital sem fim [...]” (Wallerstein, 2005, p. 24), do mesmo modo, faz esfumascar as necessidades de resignificação da categoria “capital” à luz da totalidade em causa e, em particular, à luz das diversas formas de produção e propriedade a que se vincula – e, portanto, da natureza específica desses vínculos. Tal formulação perde de vista que, no período de *transição*, o capital subsume o trabalho de um modo formal, e, no limite, vincula-se a formas caracterizadas por diferentes tipos de

unidade entre produtor e condições de produção. Enfim, isso obscurece que o que está em jogo nesse momento é o chamado processo de acumulação primitiva, que culmina na cisão dessa unidade e, pois, na constituição de uma nova sociabilidade, com novas formas de reprodução. Ou seja: trata-se não da mera acumulação quantitativa de capital, mas da mudança qualitativa das formas. Pretendemos, portanto, sustentar que uma crítica que procurasse contornar esses limites, buscando apreender o sentido concreto, a historicidade das formas de produção e do capital, terminaria por reconhecer que o período em causa não poderia ser caracterizado nem como estritamente “feudal” – mesmo que em processo de decomposição –, nem como propriamente “capitalista”. Trata-se de uma estrutura específica de *transição*, com uma dinâmica própria. Senão, vejamos.

Por certo, entendemos tratar-se da *transição de um modo de produção a outro*. Todavia, um conceito restrito de modo de produção traz limites à apreensão do processo. Em Dobb, embora haja explicitamente a pretensão de uma formulação mais totalizante, o conceito termina por ser, praticamente, reduzido à dimensão das relações de produção. Desse modo, há risco do problema da transição ser reduzido à passagem do predomínio da servidão ao do salariedade. Trata-se, pois, do “[...] aparecimento de um novo tipo de diferenciação de classes entre capitalista e proletário [...]”, visto sob o prisma do “[...]”

aparecimento de uma relação entre produtor e capitalista, análoga à relação de emprego entre patrão e assalariado no sistema industrial [...]” (Dobb, s/d, p. 20). O que fica obscuro é que justamente essa transição, que, de fato, é central, supõe uma redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida social. Desse modo, esse enquadramento, no mesmo sentido em que termina por obscurecer a organicidade que a dimensão da religião conferia ao feudalismo, também poderia fazer perder de vista a organicidade que o Estado dava às formas constitutivas do período de transição. Ora, se, como demonstrou Anderson, a centralização é fundamental para a manutenção da dominação do “feudalismo em decomposição”, de outro lado, as monarquias só poderiam constituir-se em estreita ligação com a burguesia mercantil e, pois, com a nova divisão do trabalho. Por ora, cumpre observar que a tendência à restrição do conceito de modo de produção leva Dobb a tomar o chamado período de transição como uma espécie de justaposição, de certo modo mecânica, de dois modos de produção – considerados, a princípio, em si mesmos –: o “feudalismo” em declínio e um “capitalismo” em ascensão. No entanto, esse tratamento da questão obscurece os seus entrelaçamentos e oposições, por meio dos quais essas mesmas formas se condicionam reciprocamente e, com isso, terminam por se transfigurar. Aqui, perde-se o sentido em que, em seus condicionamentos recíprocos, a mera

presença desse suposto “capitalismo” viria transfigurar o próprio “feudalismo” – e vice-versa. Condicionando-se reciprocamente, nem um nem outro poderia, rigorosamente, ser caracterizado como “feudalismo” ou “capitalismo”.

Sob o movimento de centralização, que redefine o nexos fundamental da coerção “extraeconômica”, a construção de uma nova divisão do trabalho termina por entrelaçar organicamente diversas formas de produção. Esses processos não configuram uma mera reorganização do modo de produção feudal; transformam-no, sim, radicalmente. Ora, desde logo, o que Dobb denomina como “feudalismo” em decomposição nesse período é uma formação caracterizada por um estágio avançado de dissolução da servidão ou, no limite, por seu desaparecimento definitivo.⁹ De um lado, a centralização representa, simultaneamente, um deslocamento da coerção “extraeconômica” e a criação de novos mecanismos para a reprodução do edifício nobiliárquico, por meio da redistribuição de excedentes gerados nos circuitos mercantis – sobretudo, nos circuitos “sistêmicos”. A partir da crise geral, a contenção das massas e a reprodução dos estratos nobiliárquicos dominantes só se materializam por força da coerção “extraeconômica” do Estado. Mas o ponto central é que tal coerção não poderia reproduzir-se, meramente, por meio da reiteração sistemática do que restava da servidão. Porquanto a formação e consolidação das novas monarquias – umas

contra as outras – envolvesse, necessariamente, vínculos estreitos com circuitos mercantis, financeiros e comerciais – principalmente, coloniais –, a coerção sobre os camponeses e a preservação do edifício estamental – enfim, a reprodução do que Dobb chamou “feudalismo” em decomposição – sustenta-se não numa reiteração autônoma da servidão, mas num entrelaçamento das diversas formas constitutivas de um sistema mundial em formação – notadamente, do *sistema colonial*. De outro lado, como demonstrou Wallerstein, os desenvolvimentos da mercantilização em curso não devem ser reduzidos a meras ligações “exteriores” entre formações relativamente autônomas – ligações que não lhes determinassem o conteúdo. Não se trata da circulação de excedentes, ou somente de meios de consumo conspícuo, mas de uma produção progressivamente mercantil, correspondente à circulação de gêneros fundamentais à reprodução social; trata-se, pois, da constituição de uma verdadeira divisão do trabalho. Nesses marcos, a circulação é mais que um “nexo exterior” entre organismos autônomos: é o momento fundamental, sem o qual nenhuma “parte” do “sistema” poderia reproduzir-se. À luz disso, é necessário reformular os problemas do “modo de produção” dominante e da “relação de produção” básica. Certamente não se trata mais da reprodução de um “feudalismo” – mesmo que em decomposição – com base na “servidão”. Trata-se, na verdade, da reprodução

do conjunto das formas organicamente vinculadas nessa espacialidade “sistêmica”.

É nesse sentido que propomos traduzir a seguinte formulação de Wallerstein: “O ponto é que as ‘relações de produção’ que definem um sistema são as ‘relações de produção’ do sistema como um todo [...]”. (Wallerstein, 1991, p. 129)

Robert Brenner procura enfrentar o problema desenvolvendo a senda aberta por Dobb em torno do confronto entre os diferentes resultados dos processos de mercantilização na Europa ocidental e oriental. Nesse contraste, Brenner toma os dois espaços, especificamente a Europa ocidental e a Polônia, como “modos de produção” relativamente autônomos, cujas dinâmicas remetem não a sinergias produzidas por suas ligações recíprocas, mas a suas próprias estruturas de classe. O vínculo entre tais “modos de produção”, isto é, o capital mercantil, surge como umnexo exterior às estruturas, que, embora as contacte, não lhes determina. Nesse sentido, Brenner procura sustentar que a dinâmica dos “modos de produção pré-capitalistas” ligados ao mercado mundial – o que Wallerstein chamou de “periferia” – não é condicionada por fluxos de excedente correspondentes à exploração mercantil, mas por suas próprias formas de produção. Diante da expansão do comércio, esses “modos de produção” poderiam elevar a extração de excedente, preservando as mesmas formas de produção que, em virtude

dos limites à mercantilização da força de trabalho e das condições de produção, viriam obstar o predomínio da relação-capital e, pois, os estímulos ao desenvolvimento das forças produtivas.¹⁰ Reversamente, por não engendrar a relação-capital, tais “modos de produção” não poderiam funcionar como um suporte para o desenvolvimento do capitalismo na Europa ocidental (ou no “centro”). Isso, porque essa mesma combinação de barreiras à mercantilização e ao desenvolvimento das forças produtivas comprometeria a funcionalidade desses “modos de produção”, tanto como produtores de uma produção complementar, quanto como mercados consumidores – tanto mais porque tais “modos de produção” estariam sujeitos a crises de escassez, típicas de economias “pré-capitalistas”. Ora, esse argumento está diretamente ligado à centralidade conferida, para a consumação da transição, à especificidade das condições vigentes no campo na Inglaterra. Para Brenner, as sinergias que engendram, ou não, o capitalismo residem não nas posições relativas das diversas potências no sistema mundial, mas nas especificidades de seus respectivos “modos de produção” – de traços mais feudais ou capitalistas. No limite, os estímulos à manufatura, que levam, enfim, à transição para grande indústria, estariam não no domínio do mercado mundial, mas no dinamismo do mercado interno. (Brenner, 1987)

Nesse sentido, Brenner propõe uma espécie de inversão da tese de Wallerstein: “[...] *na medida* em que a nova ‘economia-mundo européia’ de fato confluísse para a especificação de Wallerstein – na medida, isto é, que era definida por sistemas de produção conectados baseados no trabalho coercitivo na periferia e livre no centro – esta permanecia fundamentalmente ‘pré-capitalista’: uma espécie de feudalismo renovado, de maior extensão” (*ibidem*, p. 72).

Com efeito, que o “sistema” não seja propriamente capitalista parece certo. No entanto, a crítica de Brenner relativa às sinergias do mercado mundial e, pois, ao caráter “sistêmico” da reprodução social merece algumas considerações. Por certo, a natureza pré-capitalista das formas de produção em jogo constitui uma barreira a qualquer possibilidade de crescimento do mercado como resultado direto do próprio metabolismo do capital. Isso só poderia ocorrer sob o regime da mais-valia relativa, em que o domínio do capital sobre as condições de oferta e procura da força de trabalho, bem como a diferenciação de um departamento produtor de meios de produção, mais propriamente seu “consumo produtivo”, redefinem, noutros termos, o problema da realização. Nesse sentido, é evidente que a ligação entre as diversas formações do sistema não produziria, por si só, uma sinergia no sentido da expansão dos mercados. Concordamos com Brenner, pois, de fato, essas formas de produção “pré-capitalistas”

representariam uma barreira à expansão da produção complementar e dos mercados necessários, sobretudo, à manufatura. No entanto, trata-se de um raciocínio estático, que perde de vista que, justamente por conta dessas barreiras, há uma tendência à expansão horizontal dos mercados e, pois, ao domínio progressivo do capital mercantil, que faria, como demonstrou Wallerstein, alargar os horizontes do sistema mundial. Por essa mesma razão, não é possível considerar o movimento da produção capitalista no campo ou na manufatura – notadamente no caso inglês, ambos sob um regime de mais-valia absoluta – do ponto de vista de uma dinâmica autorreferida. Ainda que as transformações na estrutura no campo, com a combinação entre avanço da mercantilização e elevações da produtividade, potencializassem o mercado interno – bem como as expropriações criassem uma oferta de força de trabalho –, a precariedade da base técnica, ou seja, o caráter formal da subsunção do trabalho ao capital – a mais-valia absoluta – obsta qualquer reprodução autorreferida. Assim, posto que a reprodução da subsunção formal e da mais-valia absoluta não pode produzir a expansão de seus próprios mercados, não é possível conceber uma sinergia em que a manufatura, dinamizada exclusivamente por um mercado interno, prescindisse do mercado externo. Novamente, trata-se da necessidade constante de expansão horizontal dos mercados – para dentro e para fora.

O domínio da subsunção formal, que coexiste com diversas formas pré-capitalistas, não se funda na reprodução autorreferida do capital e, pois, não é dinamizado por uma expansão correspondente dos mercados que fosse condicionada por quaisquer encadeamentos estritamente econômicos. Ou seja: o avanço da manufatura precisa de uma expansão relativamente autônoma dos mercados, forçada por mecanismos “extraeconômicos”, exteriores aos marcos de sua própria reprodução. Somente no modo de produção capitalista constituído, sob forças produtivas que lhe sejam correspondentes, a circulação converte-se em momento subordinado na reprodução do capital.¹¹

Por essa razão, é necessário considerar não a primazia do mercado interno ou externo, mas as sinergias produzidas pela expansão horizontal dos dois – mesmo que o mercado externo pudesse ter, quantitativamente, um peso menor. Quanto a isso, é sintomático que no curso do século XVIII, ao fim do qual se dará a Revolução Industrial, o comércio externo da Inglaterra tenha se expandido de modo sistemático. Mais que isso, é precisamente esse ponto que permite enfrentar o outro eixo da discussão, que diz respeito ao financiamento da industrialização. Aqui, Dobb procura a chave do momento de ruptura na diferenciação de uma camada de pequenos produtores que visa derrubar as barreiras dos monopólios mercantis e, ao mesmo tempo, direcionar o capital próprio para as

transformações que levariam à revolução das técnicas da produção. Desse modo, sugere-se – e Christopher Hill é explícito a esse respeito – a centralidade da poupança privada da *yeomanry*. Ou seja: o capital mercantil concentrado, acumulado no comércio de longa distância ou na alta finança, justamente por valer-se dessas mesmas posições monopolistas, tenderia a permanecer na órbita da circulação. No entanto, entendemos que é precisamente essa exploração empreendida pelo capital mercantil, sobretudo nos espaços coloniais, que permite a sinergia entre a reprodução desse mesmo capital e o fortalecimento do Estado – dois processos inseparáveis –, fundamental para a construção e expansão dos mercados mundiais. São esses mercados tecidos pelos mecanismos de exploração mercantil por força do Estado que viriam tornar-se objeto de disputa política entre as diversas frações do capital, mais ou menos concentradas.¹²

De outro lado, entendemos que se o desenvolvimento do capitalismo e, mais precisamente, a manufatura não poderiam ser considerados senão em seus vínculos orgânicos com o “sistema mundial”, também a chamada “periferia” não poderia constituir-se meramente como um conjunto de “modos de produção pré-capitalistas” relativamente autônomos – mesmo que ligados “exteriormente” pelo comércio. Talvez o exemplo específico da Polônia a que recorre Brenner termine por obscurecer o fundamental:

o fato de que a entrada da chamada “periferia” no tempo da história mundial faz-se por força de um verdadeiro *sistema colonial*. Novamente, estamos diante de um emaranhado de formas de produção coercitivas em que o “superestrutural” opera como nexos intrínsecos. Mas, no limite, o edifício “extraeconômico” que rege essas formas, digamos, “periféricas”, se consubstancia no sistema colonial. Enfim, sob formas pré-capitalistas, em que o “extraeconômico” é nexos intrínsecos à reprodução, a subordinação da chamada “periferia” a tal ou qual império colonial não pode nesse caso ser mero epifenômeno. A construção do sistema colonial, a expansão do domínio do capital mercantil e das monarquias europeias subverte, cria ou recria no resto do mundo diversas formas de produção; converte velhas estruturas em organismos *complementares e reflexos*, ou, no limite, cria mesmo esses organismos; subordina-os aos mecanismos da exploração mercantil, por meio do *exclusivo*, drenando-lhes, sim, o excedente: enfim, por tudo isso, dita-lhes o *sentido*; comanda o seu tempo histórico. Por isso, esses organismos não podem ser tomados como “modos de produção” relativamente autônomos. Nesses termos, concordamos com o questionamento do professor Fernando Novais: “[...] se não são essas características (extroversão, externalidade da acumulação etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então, as define? Ou será que se não definem? Será que nada de

essencial as distingue das demais formações econômicas?” (Novais, 1999, p. 448).

Com efeito, o exemplo da colonização na América portuguesa revela uma organicidade sistêmica que não poderia ser reduzida a meras ligações “exteriores” entre “modos de produção” relativamente autônomos. Quanto a isso, é sintomático que as tentativas mais sistemáticas de construção de uma economia política do “escravismo colonial” na América portuguesa, tomado como um “modo de produção” específico, tenham redundado no conceito de *modo de produção dependente*.¹³ De nossa parte, entendemos que a colonização da América portuguesa revela, em contraste, o caráter efetivamente “sistêmico” das estruturas em causa e, com isso, os percalços incontornáveis para as tentativas de construção de uma “economia política” como chave epistemológica para um suposto “modo de produção” especificamente colonial. Uma “economia política” que partisse *a priori* da centralidade da produção – e, pois, do predomínio desta sobre a circulação – teria que enfrentar a complexidade de um “modo de produção”, o “escravismo colonial”, em que a própria presença do produtor depende da circulação. Se é óbvio que toda a circulação pressupõe uma produção, também é evidente que, nesse caso, a produção empreendida pelo braço escravo pressupõe o tráfico, a circulação prévia do próprio. Portanto, pressupõe já o capital mercantil e, no limite, o seu papel decisivo nos conflitos

próprios entre as diversas sociedades africanas. Além da extroversão e da externalidade da acumulação, nesse caso, é a existência do próprio produtor que depende da circulação e, pois, dos condicionantes sistêmicos.¹⁴

Em suma: a conformação de uma organicidade sistêmica por meio do capital mercantil é o que confere *sentido* às diversas formas de produção em jogo. Nesses termos, entendemos ser possível traduzir a proposição segundo a qual as “relações de produção” referem-se à reprodução do *sistema*. Por essa razão, não é possível pensar o período transitório como a justaposição dos dois “modos de produção”, sob dominância do “feudalismo” em decomposição, tanto quanto não é possível tratar o capital mercantil como mero vínculo “exterior” entre “modos de produção” relativamente autônomos. A propósito, é sintomática a observação de Marx quanto à comutação. Marx observa não somente que a transição à renda em dinheiro constitui “[...] uma transformação que só é possível em geral em certo grau de relativo desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura [...]”, como também observa que “essa forma só consegue tornar-se regra nos países que, na transição do modo de produção feudal para o capitalista, dominam o mercado mundial”. (Marx, 1988, p. 240)

No entanto, no outro polo, também não é possível tomar essa centralidade da circulação

mercantil como expressão característica da vigência de um “capitalismo”. Nesse caso, haveria o risco de, a pretexto de se contornar o tratamento formal das formas de produção, oferecer, em seu lugar, um tratamento não menos formal do “capital”. E esse contraste expressa-se noutro: se nas primeiras vertentes há uma centralidade *a priori* da produção, o tratamento formal do “capital” termina por levar a um mesmo problema, mas no sentido oposto: a centralidade *a priori* da circulação. A posição epistemológica subjacente à noção de “sistema histórico”, não obstante pudesse representar um passo no exame do estatuto das diversas dimensões da vida social – e, com isso, contribuir na busca do *sentido* concreto das formas de produção – traz o risco de abstração das formas sociais da divisão do trabalho e, pois, das próprias formas de produção e propriedade. Ora, no estudo do “sistema-mundo”, a problematização dessas mesmas formas em termos de “métodos de controle do trabalho” – que, na verdade, substitui o conceito de “relações de produção” – faz obscurecer a especificidade do caráter formal da subsunção do trabalho ao capital. Porém, a historicização dos conceitos supõe sua concreção e ressignificação nos marcos de totalidades determinadas. Nessa chave, é possível buscar um caminho para problematizar o “capital” não como objeto que possuísse uma existência etérea, encerrada *em si*, mas como uma produção histórica, prenhe de movimento, expressão

de relações sociais determinadas. Daí porque o estudo do capital supõe, desde logo, o exame do desenvolvimento de suas formas. Em contraste, a já referida definição de “capitalismo” nos termos de uma “acumulação de capital sem fim” põe a perder, precisamente, o desenvolvimento das formas. Concretamente, no estudo da transição, esse tratamento formal do “capital” faz esfumçar a organicidade entre a forma mercantil do capital e o caráter essencialmente pré-capitalista da sociedade do Antigo Regime. Em decorrência disso, faz esfumçar também que o estatuto da “produção” ou da “circulação” diz respeito não a uma suposta natureza do capital *em si*, mas a suas formas específicas, expressões das totalidades em que se inscrevem.

Quanto a isso, é sintomático que Wallerstein procurasse, explicitamente, contrapor-se a qualquer problemática da *transição*: “se analisarmos o período de 1450 a 1750 como uma longa ‘transição’ do feudalismo para o capitalismo, corremos o risco de reificar o conceito de transição, pois desse modo reduzem-se continuamente os períodos de feudalismo ‘puro’ e de capitalismo ‘puro’ e mais cedo ou mais tarde chegamos ao zero, ficamos sem nada, apenas com transição”.¹⁵ (Wallerstein, 1974b, p. 40) Mas, nessa passagem, “transição” é entendida como um amálgama de elementos “capitalistas” e “não-capitalistas” – e é precisamente isso que Wallerstein procura criticar. Ora, como dissemos, não se trata da mera justaposição mecânica de

elementos “não-capitalistas” no “capitalismo” – do mesmo modo como não se trata de elementos “capitalistas” em meio a um certo “feudalismo”. Trata-se de uma forma específica do capital e de uma forma específica de subsunção do trabalho ao capital, correspondentes a uma determinada estrutura; e, mais que isso, trata-se de uma estrutura cuja dinâmica caminha no sentido da cisão entre produtores e condições de produção, da acumulação primitiva.

A perda dessa especificidade leva a uma construção conceitual – e a uma visão da história – em que formas particulares são diluídas em conceitos mais gerais, o que obscurece a apreensão de qualquer *differentia specifica*: o capital mercantil dilui-se no “capital” em geral; a mais-valia absoluta ou relativa na mais-valia; a mais-valia no excedente; escravidão, servidão, salariedade nos “métodos de controle do trabalho”. A centralidade *a priori* da circulação faz perder de vista que a consumação da transição à subsunção real e, com isso, o predomínio da mais-valia relativa, converte essa mesma circulação num momento subordinado do metabolismo do capital. E, nesse momento, o capital mercantil transita de “função por excelência” do capital para uma “função específica”. Aqui o movimento mesmo do capital cria ou recria as condições de sua própria reprodução, bem como as polarizações correspondentes às relações sociais fundamentais. Somente nesse sentido é que se

pode falar de um verdadeiro “regime do capital” que confere organicidade à totalidade da reprodução social. Mas, no período de *transição*, não se consumou a cisão definitiva entre produtores e condições de produção e não se generalizou a relação-capital sob forças produtivas tipicamente capitalistas. O quadro é o de uma estrutura marcada por certas formas de produção e propriedade fundadas na coerção “extraeconômica” direta; no limite, pela subunção formal e, pois, pelo predomínio da mais-valia absoluta. Nesses marcos, o capital só pode ter proeminência sob uma forma determinada: a do capital mercantil. Isso significa, como sabemos, que as formas de produção pré-capitalistas não podem criar e recriar, por força da mera produção material, as condições de sua própria reprodução. Assim, também, as formas já “capitalistas”, formalmente subordinadas ao capital. Seu movimento depende da violência direta, ou do “extraeconômico”. Visto de outro ângulo, nem o capital possui um movimento relativamente autônomo capaz de criar e recriar as condições de seu próprio metabolismo, nem pode, *por si só*, comandar a produção material e o conjunto da vida social. Por isso, à diferença do mundo da generalização da mercantilização e da relação-capital, sob forças produtivas tipicamente capitalistas, o mundo da transição não poderia ser concebido como um “regime do capital”. Nessas condições, o capital move-se dentro de certos limites que

lhe obstam a possibilidade de conferir organicidade ao conjunto da vida social: o capital ainda não é e nem pode ser o limite de si próprio.¹⁶

Considerações finais

Enfim, essas críticas nos levam à tese de que esse “período transitório” – sua estrutura e dinâmica – não é nem predominantemente feudal, nem propriamente capitalista. Trata-se de uma formação específica *de transição*, cuja estrutura e dinâmica não podem resumir-se às do modo de produção feudal ou capitalista. Nesses marcos de uma formação especificamente *de transição* é que se move o capital mercantil, em ligação estreita com o absolutismo.

Nesse ponto, entendemos que a formulação de Sweezy abre uma senda: “[...] o período intermediário não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes não eram *nem* feudais *nem* capitalistas”.¹⁷ (Sweezy, 1977, p. 49) Em suma, a corrosão da servidão e a centralização monárquica transformam substancialmente o modo de produção feudal. Como dissemos, porquanto fosse um modo de produção “pré-capitalista” fundado na violência direta, a crise estrutural que redundava em transformações nas formas de coerção termina por transformar radicalmente o próprio modo de produção. A crise viria desestruturar a velha combinação entre particularismo e universalismo, destruindo a organicidade entre

o poder senhorial e o eclesiástico. A reprodução do conjunto da vida social dar-se-á em bases novas, fundadas na monarquia centralizada. Para esse centro coercitivo – a monarquia centralizada – confluem as dinâmicas de reprodução da estrutura estamental e do capital mercantil, plasmado na nova divisão do trabalho. Aqui, a subordinação dos elos da divisão do trabalho ao capital mercantil e, principalmente, a construção do sistema colonial dão à coexistência das diversas formas de produção aí imbricadas uma certa organicidade, um caráter efetivamente *sistêmico*. Isso posto, quais seriam, pois, as “relações de produção” basilares para a reprodução da vida social *no seu conjunto*, senão aquelas relações que respondem pela reprodução do *sistema*? À luz do sistema é que as diversas formas de produção e propriedade aí envolvidas ganham um *sentido*. Em termos gerais, como vimos, a conexão entre o capital mercantil e o absolutismo, ao mesmo tempo em que dá sobrevida à estrutura estamental herdada do feudalismo, potencializa decisivamente a acumulação primitiva – em particular por força do sistema colonial – e, pois, até certo ponto, o movimento de transição ao capitalismo.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ASHTON, Thomas. *A Revolução Industrial (1760-1830)*. 4a. Ed. Mem Martins: Europa-América, 1977.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV a XVIII (3 vols.). Vol II. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRENNER, Robert. "Dobb on the transition from feudalism to capitalism", *Cambridge Journal of Economics*, no. 2, 1978.

_____. "The agrarian roots of European capitalism". In: ASTON, Trevor & PHILPIN, Charles (ed.). *The Brenner debate*. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge: Cambridge Press, 1987.

_____. "The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, n. 104, July-August, 1977.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DENEMARK, Robert & THOMAS, Kenneth: "The Brenner-Wallerstein debate", *International Studies Quarterly*, Vol. 32, N. 1, 03/1988, pp. 47-65.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

HECKSCHER, Eli. *La época mercantilista*. Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1943.

HILL, Christopher. *Reformation to Industrial Revolution*. Col. The Pelican Economic History of England, vol 2. Baltimore: Penguin Books, 1969.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. "Introdução". In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. "A crise geral da economia europeia no século XVII". In: SANTIAGO, Theo (org.). *Capitalismo: transição*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*. Estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1988.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Um balanço do debate. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 1999.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O capital*. Crítica da economia política. (5 vols.). 3ª. Ed. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Progresso, 1987.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. "Condições de privacidade na colônia". In: NOVAIS, Fernando (coord.) & MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed PUC-Rio, 2010.

SWEEZY, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Um debate. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAKAHASHI, Kohachiro. "Uma contribuição para o debate". In: SWEEZY, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Um debate. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. "Interpretações da Colônia. Leitura do debate brasileiro de inspiração marxista". *Dissertação de Mestrado* – IE-UNICAMP, Capinas, 2004.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. "Antigo Regime e transição. Breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo". *Tese de Doutorado* – IE-UNICAMP, Capinas, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolitics and geoculture. Essays on the changing world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2005.

_____. *O sistema mundial moderno I*. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Afrontamento, 1974a.

_____. *O sistema mundial moderno II*. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Afrontamento, 1974b.

Notas

1 Não por outra razão, Hobsbawm, por exemplo, concentrou esforços em demonstrar um nexos entre a crise geral do século XVII e a revolução inglesa de 1640, que cria condições para a revolução industrial no século XVIII. Ver (Hobsbawm, 1975).

2 “O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado”. (Marx, 1988, p. 153)

3 Marx e Engels distinguem também sob esse prisma as formações pré-capitalistas do capitalismo: “O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estão unidos por um laço qualquer, seja ele a família, a tribo, o próprio solo etc.; o segundo caso pressupõe que os indivíduos são independentes uns dos outros e se conservam unidos apenas por meio da troca”. (Marx & Engels, 2007, p. 51)

4 “É óbvio, mas pouco notado, que a solução para o paradoxo está na própria definição dada por Marx às formações sociais pré-capitalistas. Nas sociedades de classes anteriores ao capitalismo todos os modos de produção extraem sobretrabalho dos produtores imediatos através de meios de coerção extra-econômica. O capitalismo é o primeiro modo de produção na história em que os meios pelos quais o excedente é extraído do produtor direto têm forma ‘puramente’ econômica [...]. Portanto, é sempre impossível, por princípio, interpretá-las a partir das simples relações econômicas. As ‘superestruturas’ do parentesco, da religião, do direito ou do Estado fazem parte necessariamente da

estrutura constitutiva do modo de produção nas formações sociais pré-capitalistas. Intervêm diretamente sobre o nexos ‘interno’ da extração do excedente, ao passo que nas formações sociais capitalistas, que pela primeira vez na história separam a economia como uma ordem formalmente autônoma, elas constituem, em contraste, suas precondições ‘externas’. Em consequência, os modos de produção pré-capitalistas não podem ser definidos exceto por suas superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas, uma vez que são estas que determinam o tipo de coerção extra-econômica que lhe é específico.” (Anderson, 1985, p. 403)

5 Em resposta à crítica de “um jornal teuto-americano”, Marx afirma: “Este dizia, minha opinião, que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, ‘a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política, e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência’, que ‘o mundo da produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral’ – tudo isso estaria até mesmo certo para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominado pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Em primeiro lugar, é estranhável que alguém prefira supor que esses lugares-comuns arquiconhecidos sobre a Idade Média e o mundo antigo sejam ignorados por alguma pessoa. Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto, basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta”. (Marx, 1988, p. 77)

6 “O que imprimia seu selo a todas as classes sociais da Idade Média [...] e a todas as correntes medievais de cultura, com poucas exceções, não era somente a coincidência efetiva, mas também, e, sobretudo, o sentimento de coesão espiritual de todo o Ocidente. [...] o que caracterizava a sociedade medieval era, decididamente, esse amálgama peculiar de universalismo e particularismo”. (Heckscher, 1943, p. 17 ss.) Por certo, Perry Anderson observa que a “parcelização da soberania” tem como contrapeso tendências à centralização condicionadas por necessidades de recomposição da unidade da classe senhorial. No entanto, porquanto

essas tendências são esquadrihadas sob um prisma estritamente político, a posição da religião termina em segundo plano – a presença da Igreja é vista, meramente, como uma entre outras presenças “alógenas” que a fragmentação feudal possibilita. Entendemos que uma reconsideração do tema que trouxesse a religião para uma posição central seria mais fecunda mesmo nos termos da tese de Anderson, que pensa a transição como uma confluência de temporalidades que vinculam as heranças remotas do mundo antigo e a crise do feudalismo – posto que a Igreja é um receptáculo privilegiado na preservação, na longa duração, dos traços da cultura antiga.

7 “[...] esse mundo atormentado, maltratado de dentro, subvertido de fora, já é uma civilização, de uma homogeneidade evidente. Para lá de sua diversidade, cumpre falar de uma ‘civilização feudal’ (Lucien Febvre), para a qual se colocam, onde quer que a consideremos, os mesmos grandes problemas, em condições e com soluções freqüentemente análogas. Essa civilização nasceu de múltiplas misturas étnicas, econômicas, de lutas repetidas, de *crenças comuns* e, sobretudo, ‘das próprias perturbações’ que ela se empenhou em remediar”. (Braudel, 1989, p. 292) “Limitado por estes três blocos – o maometano, o bizantino e o eslavo – [...] o conjunto romano-germânico estava seguramente longe de apresentar em si mesmo uma homogeneidade perfeita. [...] No entanto, por muito acentuadas que tenham sido essas diversidades, como poderíamos deixar de reconhecer, acima delas, uma tonalidade de uma civilização comum: a do Ocidente? [...] Ora, de onde germinou e se desenvolveu, para depois se espalhar pelo globo, a civilização européia, senão entre os homens que viviam entre o Tirreno, o Adriático, o Elba e o Oceano? [...] Neste sentido, que é o mais rico de conteúdo histórico, a Europa foi uma criação da alta Idade Média.” (Bloch, 2009, pp. 12-13)

8 A grande indústria “criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares. [...] A grande indústria, em geral, criou por toda a parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a particularidade das diversas nacionalidades.” (Marx & Engels, 2007, pp. 60-61)

9 “[...] a irresistível evidência que a servidão estava liquidada bem antes de 1500 na Inglaterra (a área que [Dobb] estuda) num momento em que as relações sociais e produtivas capitalistas estavam em seus primeiros estágios de desenvolvimento”. (Brenner, 1978, p. 122) O problema da vigência ou não do “feudalismo” supõe uma posição diante da comutação. Por certo, Marx considera a renda em dinheiro como um momento nas metamorfoses da renda pré-capitalista. A princípio, trata-se somente de uma conversão do excedente, da forma natural à forma-dinheiro. Ou seja: o caráter pré-capitalista da renda, como forma absorvente do excedente, permanece. Não se trata, portanto, de uma forma tipicamente capitalista, em que a renda constitui uma dedução da mais-valia, dada uma taxa de lucro. No entanto, cumpre observar que, para Marx, trata-se da “última forma”, como “forma de dissolução” desse tipo de renda, em que, em virtude da mercantilização que pressupõe, “[...] o caráter de todo o modo de produção fica mais ou menos alterado” e “perde sua independência, sua desvinculação do contexto social”. Enfim, trata-se de “uma transformação que só é possível em geral em certo grau de relativo desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura”. (Marx, 1988, pp. 239 ss.) Porquanto correspondesse à passagem do direito consuetudinário ao direito positivo, ao contrato, a comutação terminaria por converter-se em arrendamento. Com isso, abre caminho, tanto para a expropriação dos camponeses, quanto para a libertação do pequeno proprietário, e, no limite, *em estreita conexão com mercado mundial*, para o surgimento do arrendatário capitalista. Assim, esse momento da metamorfose corresponde a transformações decisivas no modo de produção – que pressupõem e engendram novas formas. Por isso, entendemos que, na reconstituição histórica, não se pode reduzir o problema a seus aspectos formais – ou seja, tratar a renda formalmente como mera renda feudal –, sob pena de obscurecer a especificidade desse momento da metamorfose e, pois, o sentido do movimento concreto em jogo. Esse é o risco de posições como as de Kohashiro Takahashi. Ver (Takahashi, 1977).

10 “Especificamente, a estrutura de classes da servidão na Polônia determinou o subdesenvolvimento, sufocando a produtividade dos camponeses, limitando o mercado interno de meios de produção e subsistência e, ao mesmo tempo, determinando que esse mercado seria de produtos

de luxo. [...] uma estrutura de classes baseada na servidão que obstruiu a emergência de uma dinâmica 'interna' de desenvolvimento, fazendo com que qualquer dinâmica comercial induzida de 'fora' levasse, enfim, à regressão." (Brenner, 1977, p. 71) Para uma crítica a visão em torno da Polônia, ver (Denemark & Thomas, 1988, pp. 47-65).

11 "Ora é o desenvolvimento da indústria que, obrigando-a a encontrar novos mercados, aumenta e multiplica as relações comerciais; ora é, ao contrário, a extensão do mercado comercial, com as novas necessidades que provoca, que suscita a empresa industrial. Atualmente, o primeiro caso é mais comum. A grande indústria, movida por uma força interior – a do maquinismo –, arrasta em sua marcha o comércio e o crédito, que para ela empreendem a conquista do mundo. Aliás, parece natural que pela produção se regulem os outros fenômenos da vida econômica, da qual ela é, ao que parece, o ponto de partida necessário. Mas, pelo contrário, não é este um dos traços mais novos e mais originais da grande indústria moderna? [...] Não acontecia o mesmo com a antiga indústria. [...] Em suma, era pela situação das relações comerciais que a indústria devia se reger. [...] O progresso industrial era então quase impossível, se não fosse precedido de algum movimento comercial." (Mantoux, 1988, pp. 71-72)

12 Quanto à contribuição do grande capital no investimento na indústria, é necessário observar certos elos produtivos, então marginais, como a mineração, em que se combinava a exigência de certo nível de concentração de capital e o caráter fabril, já tipicamente capitalista, do empreendimento. Dobb e Sweezy concordam com a existência dessas fábricas, embora Dobb observasse que: "[...] no entanto, tais casos em que a técnica mudara o bastante para tornar essencial a produção em fábrica, *embora fossem importantes* como precursores de coisas futuras, não tiveram nesse período mais do que um peso secundário [...]" (Dobb, 1987, p. 147) Notemos que o financiamento dessas fábricas, que exigiam, como demonstra Dobb, níveis progressivos de concentração de capital conforme o desenvolvimento da estrutura técnica, vinha do capital de aventureiros ou de potentados aristocráticos monopolistas. A esse respeito, Hill é mais explícito ao reconhecer que os capitais concentrados que financiavam indústrias como as de ferro vinham diretamente da pilhagem colonial. "De onde veio o capital

para a Revolução Industrial? Grandes somas espetaculares fluíram de fora para a Inglaterra – do tráfico de escravos e, especialmente, desde meados do século XVIII, do loteamento da Índia. 'As primeiras indústrias de ferro de South Wales', notou o professor Ashton, 'eram largamente criação de negociantes de chá e de outros comerciantes de Londres e Bristol, e a Clyde Valley adquiriu muito de seu equipamento industrial dos mercadores de tabaco de Glasgow'". (Hill, 1969, p. 245) Ver também (Ashton, 1977). Para nós, o ponto central é que, mesmo que essas fábricas tenham sido marginais nos primeiros movimentos da Revolução Industrial, elas foram fundamentais nos momentos posteriores de crise dos rendimentos – durante o segundo quartel do século XIX –, em que, enfim, o desenvolvimento das ferrovias abria caminho para uma produção mais sistemática de maquinaria – passo fundamental para contornar a fragilidade da estrutura técnica e os limites postos à acumulação. Ver (Hobsbawm, 2000).

13 Ciro Cardoso propõe tomar o "sistema" como uma *estrutura de estruturas*, para, enfim, enfrentar os problemas da caracterização de "modos de produção" de natureza colonial, cujos determinantes dinâmicos, *em parte*, transcendem suas próprias espacialidades. No mesmo sentido, Gorender elabora a economia política do escravismo colonial como um modo de produção dependente. Ver: (Vieira, 2004; Vieira, 2012).

14 "Fica claro, portanto, que não é lícito identificar o modo de produção dominante nas formações sociais coloniais a partir, apenas, da forma que assumem as relações sociais básicas, como se escravidão fosse igual a modo de produção escravista, e servidão, a feudalismo. Este procedimento exclui, pura e simplesmente, o nível e a organização das forças produtivas, sua articulação com as relações sociais de produção e, não menos importante, os processos históricos que constituíram e deram 'sentido' a tais sociedades. Que semelhança, senão a formal, guardariam, por exemplo, a economia mercantil-escravista brasileira e a economia mercantil-escravista romano-cartaginesa?" (Cardoso de Mello, 1998, p. 35)

15 "Na realidade tudo é transição; mas sempre que alargamos um partitivo até fazer dele um atributo universal não fazemos mais do que descolar terminologicamente a questão. [...] É sempre fácil encontrar supostos exemplos

de comportamento 'não-capitalista' num mundo capitalista – em toda a Europa, tanto em 1650 e 1750 como em 1850 e 1950. A amálgama de empresas, comportamentos e estados 'não-capitalistas' com empresas, comportamentos ou (o termo menos feliz de todos) estados 'capitalistas' no seio de uma economia-mundo capitalista não é anômala nem própria de um período de transição. Ela é a essência do sistema capitalista como modo de produção e revela como a economia-mundo capitalista afetou historicamente as civilizações com que coexistiu no espaço social.” (Wallerstein, 1974b, p. 40)

16 Quanto a isso, é sintomático que em Braudel, o “capitalismo”, embora em expansão, permaneça como domínio circunscrito; e que, em Wallerstein, cujo raciocínio sistêmico se pretende mais “totalizante”, a totalidade do sistema capitalista só tenha organicidade na conexão de sentido entre a economia mundo capitalista e o sistema interestatal. Ver (Braudel, 1995).

17 No entanto, em Sweezy, não há um tratamento mais exaustivo em torno da caracterização desse período transitório. A definição em termos de “produção pré-capitalista de mercadorias” parece não ser suficiente.